



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E  
ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SERGIPE**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **DO EXERCÍCIO DE 2013**

**ARACAJU  
2013**



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E  
ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SERGIPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do Exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e a Portaria TCU nº 175/2013.

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:  
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO (SPA/SFA-SE)**

**ARACAJU  
2013**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>Parte 1 - Identificação e atributos da unidade .....</b>	<b>08</b>
1.1 Relatório de Gestão Individual .....	08
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade .....	09
1.3 Organograma Funcional .....	10
1.4 Macroprocessos Finalísticos .....	11
1.4.1 Macroprocesso Finalístico: Defesa Agropecuária .....	11
1.4.2 Macroprocesso Finalístico: Política e Desenvolvimento Agropecuário .....	12
1.5 Macroprocessos de Apoio .....	13
1.5.1 Macroprocesso de Administração Interna - Contabilidade Pública .....	13
1.5.2 Macroprocesso de Administração Interna – Administração/Gestão de Pessoal .....	13
1.5.3 Macroprocesso de Administração Interna – Logística e Serviços Gerais .....	13
1.6 Principais Parceiros .....	14
<b>Parte 2 - Planejamento da unidade e resultados alcançados .....</b>	<b>15</b>
2.1 Planejamento da unidade .....	15
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	16
2.2.1 Ações .....	16
2.2.1.1 Ações – OFSS .....	16
2.2.1.2 Análise Situacional .....	25
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão .....	34
<b>Parte 3 - Estruturas de governança e de autocontrole da gestão .....</b>	<b>36</b>
3.1 Estrutura de Governança .....	36
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	36
3.3 Sistema de Correição .....	38
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU .....	38
3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos .....	38
<b>Parte 4 - Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira .....</b>	<b>39</b>
4.1 Execução das despesas .....	39
4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	39
4.1.2 Realização da Despesa .....	40
4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	40
4.1.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	41
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	42
4.3 Transferências de Recursos .....	43
4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício .....	43
4.3.2 Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	45
4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse .....	45
4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	46
4.4 Suprimento de Fundos .....	47
4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão .....	47
4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) .....	47
4.4.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos .....	48
<b>Parte 5 – Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados .....</b>	<b>50</b>
5.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	50
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição .....	50
5.1.1.1 Lotação .....	50

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho .....	50
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho .....	51
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções .....	51
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Idade .....	51
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade .....	52
5.1.3 Custos de Pessoal .....	53
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	54
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria .....	54
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas .....	54
5.1.5 Cadastramento no Sisac .....	54
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC .....	54
5.1.5.2 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	55
5.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	55
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários .....	56
5.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva .....	56
5.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	56
5.2.3 Composição do Quadro de Estagiários .....	56
<b>Parte 6 – Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário .....</b>	<b>57</b>
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	57
6.1.2 Relatório de Custo Operacional de Veículos (2013) .....	58
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário .....	59
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	59
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional .....	59
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ .....	60
<b>Parte 7 - Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental .....</b>	<b>61</b>
7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	61
7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água .....	62
<b>Parte 8 – Conformidade e tratamento das disposições legais e normativas .....</b>	<b>63</b>
8.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	63
8.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	63
8.1.2 Situação do Cumprimento das Obrigações .....	63
8.2 Alimentação SIASG E SICONV .....	63
<b>Parte 9 - Relacionamento com a sociedade .....</b>	<b>64</b>
9.1 Canais de acesso do cidadão ao órgão .....	64
<b>Parte 10 - Informações contábeis .....</b>	<b>65</b>
10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	65
10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	65
10.2.1 Declaração Plena .....	65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de gestão individual .....	08
Quadro 2 - Resultados Estratégicos Esperados .....	15
Quadro 3 - Indicadores Estratégicos .....	15
Quadro 4 - Identificação da Ação - FEBREAFTO13 .....	16
Quadro 5 - Identificação da Ação - PCEANIMAL13 .....	16
Quadro 6 - Identificação da Ação - FISCINAN13 .....	17
Quadro 7 - Identificação da Ação - FISPROVET13 .....	17
Quadro 8 - Identificação da Ação - INPANIMAL13 .....	18
Quadro 9 - Identificação da Ação – ERRADMOSCA .....	18
Quadro 10 - Identificação da Ação - FISCALSEM13 .....	19
Quadro 11 - Identificação da Ação - FISCORGEN13 .....	19
Quadro 12 - Identificação da Ação - FISFECOI13 .....	20
Quadro 13 - Identificação da Ação - IPVEGETAL13 .....	20
Quadro 14 - Identificação da Ação - PADCLASSI13 .....	21
Quadro 15 - Identificação da Ação - PCEVEGTAL13 .....	21
Quadro 16 - Identificação da Ação - VIGIFITO13 .....	22
Quadro 17 - Identificação da Ação - CERTORGAN13 .....	22
Quadro 18 - Identificação da Ação - DESENORG13 .....	23
Quadro 19 - Identificação da Ação - FISCAGRIC13 .....	23
Quadro 20 - Identificação da Ação – FISCONTRATO .....	24
Quadro 21 – Programa .....	25
Quadro 22 – Procedimentos executados .....	26
Quadro 23 – Procedimentos executados .....	27
Quadro 24 – Procedimentos executados .....	31
Quadro 25 - Programa do PPA: 2028 – Defesa Agropecuária .....	35
Quadro 26 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ .....	36
Quadro 27 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa .....	39
Quadro 28 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa .....	39
Quadro 29 – Despesas por modalidade de contratação– créditos de movimentação .....	40
Quadro 30 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação .....	41
Quadro 31 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores .....	42
Quadro 32 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes .....	43
Quadro 33 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....	45
Quadro 34 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse .....	45
Quadro 35 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse .....	46
Quadro 36 – Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo .....	47
Quadro 37 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador .....	47
Quadro 38 - Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF) .....	48
Quadro 39 – Força de trabalho da UJ .....	50
Quadro 40 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ .....	50
Quadro 41 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ .....	51
Quadro 42 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária .....	51
Quadro 43 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade .....	52
Quadro 44 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	53
Quadro 45 - Composição do quadro de servidores inativos .....	54
Quadro 46 - Instituidores de pensão .....	54

Quadro 47 – Atos sujeitos ao registro do TCU .....	54
Quadro 48 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC .....	55
Quadro 49 - Indicadores de recursos humanos .....	55
Quadro 50 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	56
Quadro 51 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	56
Quadro 52 - Composição do quadro de estagiários .....	56
Quadro 53 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União .....	59
Quadro 54 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional .....	59
Quadro 55 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....	60
Quadro 56 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis .....	61
Quadro 57 – Consumo de papel, energia elétrica e água .....	62
Quadro 58 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	63
Quadro 59 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	63
Quadro 60 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada .....	65

## INTRODUÇÃO

O relatório foi elaborado seguindo as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 127/2013/TCU e da Portaria nº 175/2013/TCU e visa demonstrar de forma clara e objetiva o desempenho da Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe (SFA/SE) durante o exercício de 2013.

O texto trata das ações de suporte ao agronegócio inseridas no programa de governo definido pelo Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As ações apresentadas foram executadas por esta unidade e contribuíram para a performance do objetivo estratégico do órgão central.

No relatório, a superintendência descreve as atividades relativas à 18 (dezoito) ações finalísticas do PPA 2012/2015. As metas previstas foram atingidas em 80% destas ações, principalmente no que concerne a eficácia na execução, tendo como consequência um resultado altamente favorável.

Periodicamente a superintendência realiza a avaliação estratégica com os coordenadores estaduais das ações inseridas no Plano Operativo Anual (POA) e analisa os indicadores referentes aos resultados do planejamento estratégico.

Apresentamos abaixo os itens da Decisão Normativa nº 127/2013 que não se aplicam à realidade da unidade, apresentando os motivos e os que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não existir conteúdo a ser declarado exercício de referência.

### Itens da DN TCU nº 127/2013 sem ocorrência ou que não se aplicam à unidade

ITEM	SUBITEM	JUSTIFICATIVA
UM	1.1.2	Não se aplicam, pois conforme definição da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, a SFA/SE deve apresentar o relatório do gestor individual.
	1.1.3	
	1.1.4	
DOIS	2.2.1	Conforme definição da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, estes itens são responsabilidade da secretaria executiva do ministério.
	2.2.2	
	2.2.3.2	Não houve ocorrência.
	2.2.3.3	Não houve ocorrência.
	2.2.3.4	Não se aplica pois o item representa o Orçamento de Investimento das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
TRES	3.3	Conforme definição da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, estes itens não devem ser respondidos.
	3.3.1	
	3.3.2	
	3.3.3	
	3.3.4	
QUATRO	4.1.1	A SFA/SE não é unidade orçamentária. Apenas recebe recursos para execução.
	4.1.3.1	
	4.1.3.2	
	4.1.3.3	
	4.1.3.4	
	4.2	Não houve ocorrência.
	4.5.2	A SFA/SE não concede suprimento de fundo baseado no conceito de Conta Tipo 'B'.
	4.6	A SFA/SE não tem competência para conceder benefícios de natureza tributária.
	4.6.1	
	4.6.1.1	
	4.6.1.2	
4.6.2		
4.6.2.1		
4.6.2.2		
4.6.2.3		
4.6.2.4		
4.6.2.5		
4.6.2.6		
4.6.2.7		

	4.6.2.8 4.6.2.9 4.6.2.10 4.6.2.11 4.6.2.12	
	4.7 4.7.1 4.7.2 4.7.3	Não faz parte das competências da SFA/SE gerenciar requisições judiciais de pagamento em face de condenação da fazenda pública.
<b>CINCO</b>	5.1.5.2 5.1.5.4	Não houve ocorrência.
	5.1.6 5.1.7	Os controles são realizados pelo Ministério do Planejamento. No exercício de 2013, não foram recebidas de notificações sobre servidores em situação irregular.
	5.2.1	Não ocorre pois a SFA/SE não possui contrato de terceirização de mão de obra cujo objeto coincida com as atividades do plano de cargos do ministério.
	5.2.2	Nesta superintendência não há registro de terceirizado cujo objeto de trabalho coincida com as atividades do plano de cargos do ministério.
<b>SEIS</b>	6.3	Não se aplica, pois a SFA/SE não efetiva contratos de locação de imóveis.
<b>SETE</b>	7.1	Não se aplica, pois todas as atividades do referido item são realizadas pela administração central.
<b>NOVE</b>	9.1 9.1.1 9.1.2	A SFA/SE não foi objeto de deliberações do TCU.
	9.2 9.2.1 9.2.2	Sem ocorrência de recomendação do OCI atendidas/pendentes.
	9.3	A SFA/SE não possui na sua estrutura organizacional Unidade de Controle Interno
	9.5	Não houve ocorrência.
<b>DEZ</b>	10.2	Não existem mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade
	10.3	Não existem resultados de eventuais pesquisas de opinião sobre os produtos e serviços resultantes da atuação do órgão.
<b>ONZE</b>	11.2.2	Não se aplica pois foi preenchida declaração plena.
	11.3 11.4 11.5 11.5.1 11.5.2 11.6	Não se aplicam conforme definição da Decisão Normativa TCU nº 127/2013.
<b>DOZE</b>	12. 12.1	Não houve ocorrência.



**Parte 1 – Identificação e atributos da unidade****1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada****1.1.1 Relatório de Gestão Individual****QUADRO 1- IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			<b>Código SIORG:</b> 14
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento em Sergipe			
<b>Denominação Abreviada:</b> SFA/SE			
<b>Código SIORG:</b> 002817	<b>Código LOA:</b> -		<b>Código SIAFI:</b> 130028
<b>Natureza Jurídica:</b> órgão público			<b>CNPJ:</b> 00.396.895/0023-30
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral			<b>Código CNAE:</b> 8411-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(079) 3205-4900	(079) 3205-4934	
<b>Endereço Eletrônico:</b> gab-se@agricultura.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> www.agricultura.gov.br			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Dr. Carlos Firpo, nº 428, Bairro Industrial. CEP 49065-310. Aracaju/SE.			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Delegada nº 9/1962 - Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências;</li> <li>Medida Provisória 2216-37/2001 - Altera a denominação da pasta para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);</li> <li>Lei nº 10.683/2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</li> </ul>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 7.127/2010 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências;</li> <li>Portaria MAPA nº 428/2010 - Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</li> </ul>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
-			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
130028	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
00001	Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
130028		00001	

---

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

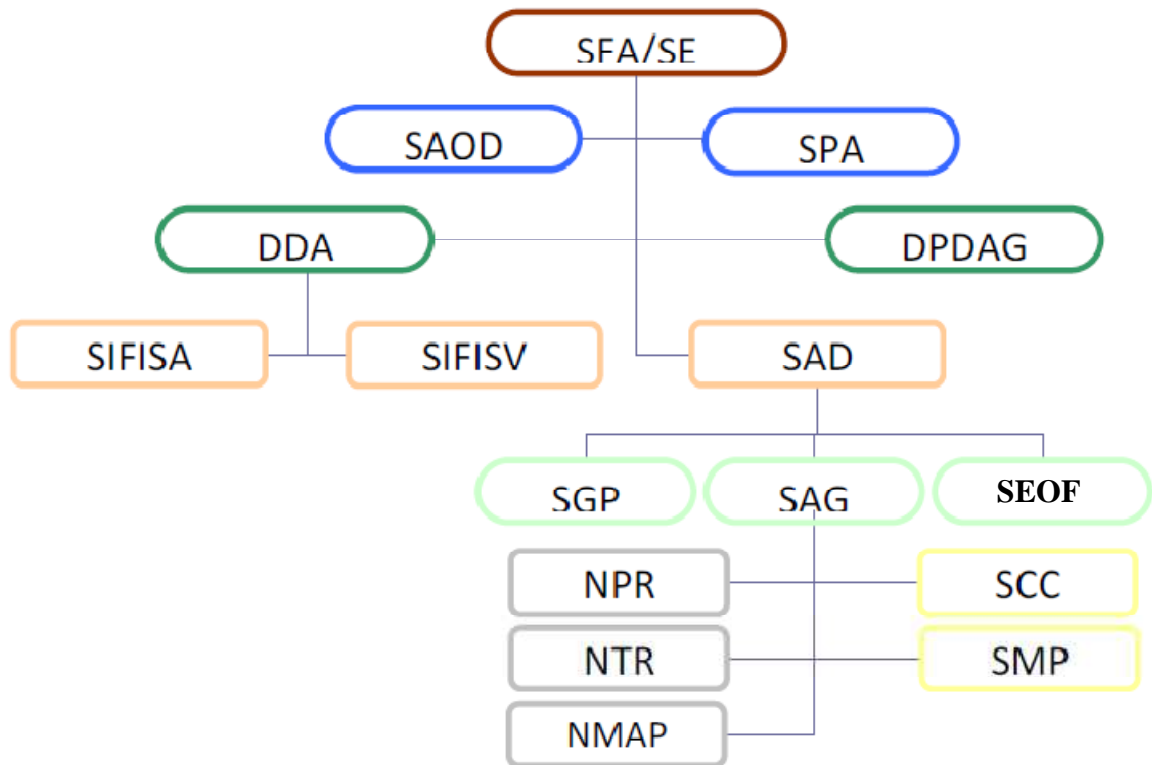
---

São estas as competências institucionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- política agrícola, abrangendo produção e comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- produção e fomento agropecuário, inclusive das atividades da heveicultura;
- mercado, comercialização e abastecimento agropecuário, inclusive estoques reguladores e estratégicos;
- informação agrícola;
- defesa sanitária animal e vegetal;
- fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;
- classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades exercidas pelo Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior;
- proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;
- pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária;
- meteorologia e climatologia;
- cooperativismo e associativismo rural;
- energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural;
- assistência técnica e extensão rural;
- política relativa ao café, açúcar e álcool;
- planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro.

A Superintendência tem como missão “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira”. Tem a responsabilidade de executar os programas de governo direcionados às atividades agropecuárias, tendo como objetivo garantir da segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

### 1.3 Organograma Funcional



#### LEGENDA

SPA - Seção de Planejamento e Acompanhamento  
 SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação  
 DDA - Divisão de Defesa Agropecuária  
 SIFISA - Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal  
 SIFISV - Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal  
 DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário  
 SESAG - Seção de Suporte Agropecuário  
 SAD - Serviço de Apoio Administrativo  
 SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira  
 SGP - Seção de Gestão de Pessoas  
 SAG - Seção de Atividades Gerais  
 SCC - Setor de Compras e Contratos  
 SMP - Setor de Material e Patrimônio  
 NTR - Núcleo de Transporte  
 NPR - Núcleo de Protocolo  
 NMAP - Núcleo de Manutenção Predial

#### LEGENDA

■ ASSESSORAMENTO  
 ■ DIVISÃO  
 ■ SERVIÇO  
 ■ SEÇÃO  
 ■ SETOR  
 ■ NÚCLEO

---

## 1.4 Macroprocessos finalístico

---

A Superintendência tem como missão “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira”, alinhado com a responsabilidade de executar os programas de governo direcionados para as atividades agropecuárias.

Esses programas têm como objetivo direto a garantia da segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, através da fiscalização agropecuária e da vigilância fitozoossanitária. Os programas também garantem a qualidade dos insumos agropecuários e promovem a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco. Apontamos os principais processos desta superintendência:

---

### 1.4.1 Macroprocesso Finalístico: Defesa Agropecuária

---

- **Processo Finalístico: Defesa Animal**

As ações são fundamentais para o controle dos riscos de toda cadeia alimentar assegurando o bem estar animal e tornando possível a oferta de alimentos seguros. A superintendência trabalha com programas de controle interno e a fiscalização para identificação de doenças animais, além de vários outros procedimentos como: fiscalização, investigação, supervisão, avaliação e auditoria.

Com auxílio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), através do convênio de Defesa Animal, foram realizadas ações que resultaram no controle da sanidade animal no estado de Sergipe, especialmente na erradicação da febre aftosa.

- **Processo Finalístico: Fiscalização Agropecuária**

Exerce o controle na execução das atividades de fiscalização das empresas agropecuárias que comercializam insumos e serviços utilizados por agricultores e pecuaristas. Fiscaliza estabelecimentos que produzem e comercializam mudas, sementes, fertilizantes (adubos químicos e orgânicos), corretivos e inoculantes, produtos para alimentação animal (rações) e medicamentos veterinários. Controla ainda o trânsito internacional de agrotóxicos e seus componentes.

Entre outras atribuições, também é responsável por emitir parecer autorizando a importação ou exportação de sêmen animal, sementes, mudas, ou plantas matrizes. Dentro do processo identificamos vários subprocessos como: Registro de Produtos, Registro de Estabelecimento, Coleta de Amostras, Emissão de Auto de Infração, Relatoria de Auto de Infração, Apreensão de produtos, Emissão de Termo de Vistoria, Emissão de Termo de Fiscalização e Análise de Resultado Laboratorial.

- **Processo Finalístico: Inspeção/Fiscalização Animal**

Atua executando ações de inspeção, higiene sanitária e tecnologia de estabelecimentos que industrializam, manipulam, beneficiam, acondicionam e armazenam produtos e derivados de origem animal. Abrange o comércio interestadual e internacional, assim como, as atividades de inspeção e análise de projetos de construção de instalações e equipamentos, que se destinam a estabelecimentos, que comercializam ou processam produtos e derivados de origem animal.

Exerce a fiscalização do comércio varejista e atacadista de produtos sifados, emite Laudos de Vistoria Técnica, Registro de Não Conformidade, Auto de Infração e Certificado de Liberação de Importação (LI), além de combater à fraude, da carne bovina, do frango, do leite e derivados. Acima de tudo preservando a Saúde Pública e a Segurança Alimentar.

- **Processo Finalístico: Vigilância Agropecuária**

Atua na fiscalização do trânsito internacional de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, exercendo uma ação de importância fundamental para o controle da entrada e saída desses

produtos nos portos, aeroportos e nas fronteiras onde estão instalados os Postos de Vigilância Agropecuária (PVA).

As barreiras sanitárias constituem importante fator de proteção para o setor agropecuário nacional, garantindo a manutenção da sanidade das plantas e animais através da fiscalização em portos e aeroportos.

- **Processo Finalístico: Defesa Vegetal**

As ações destinam-se principalmente à erradicação de pragas e evitar a disseminação de doenças que atacam as lavouras que, uma vez estabelecidas, podem causar danos irreparáveis à cadeia produtiva. Trabalha com fiscalização do trânsito de vegetais, partes de vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados. Supervisiona barreiras fixas e móveis e emite a Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV) e a Certificação Fitossanitária de Origem (CFO). É responsável ainda por pareceres técnicos de convênio e relatório de auto de infração.

- **Processo Finalístico: Inspeção/Fiscalização Vegetal**

Atua executando ações de inspeção/fiscalização em estabelecimentos comerciais e industriais, especialmente de bebidas e vinagres. Como resultado de suas atividades são emitidos Laudos de Vistoria Técnica em Estabelecimento Fabricante e análise de resultados laboratorial. Com a superação da meta prevista, o impacto para os produtores foi a garantia da manutenção do padrão de qualidade para os produtos de uso veterinário, evitando-se a fraude comercial.

- **Processo Finalístico: Classificação Vegetal**

Atua executando ações de inspeção/fiscalização e certifica a identidade e a qualidade dos produtos vegetais, fiscalizando estabelecimentos que preparam, embalam e comercializam produtos destinados ao consumo humano. Complementam as atividades do macroprocesso, a fiscalização do comércio varejista e atacadista e o certificado de liberação de importação.

---

#### **1.4.2 Macroprocesso Finalístico: Política e Desenvolvimento Agropecuário**

---

I - Validar o planejamento e implementar a realização e o acompanhamento das auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades exercidas por:

a) unidades administrativas executoras das atividades de desenvolvimento agropecuário e cooperativismo; e

b) órgãos estaduais e municipais, bem como, entidades privadas, executores de ações delegadas pelo MAPA.

II - Controlar e acompanhar as execuções dos convênios, ajustes, contratos acordos e demais instrumentos de parceria, voltados ao desenvolvimento agropecuário, inclusive ao cooperativismo e associativismo rural, emitindo pareceres técnicos sobre os trabalhos realizados.

---

---

## **1.5 Macroprocessos de Apoio**

---

---

### **1.5.1 Macroprocesso de Administração Interna - Contabilidade Pública**

---

---

- I - processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal;
- II - efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, mediante prévia autorização do Superintendente Federal ou Superintendente e controlar a respectiva prestação de contas;
- III - executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI;
- IV - manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria;
- V - analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias;
- VI - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;
- VII - verificar e registrar a conformidade de gestão.

---

---

### **1.5.2 Macroprocesso de Administração Interna – Administração/Gestão de Pessoal**

---

---

- I - promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/MAPA;
- II - orientar a execução das atividades de registros funcionais, preparo de pagamento de pessoal, concessões de férias, licenças e aposentadorias, benefícios sociais e assistenciais e exames médicos periódicos.
- III - providenciar a realização de perícia médica;
- IV - controlar as atividades dos estagiários;
- V - identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA,
- VI - cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas;
- VII - providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares;
- VIII - prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas;
- IX - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas.

---

---

### **1.5.3 Macroprocesso de Administração Interna – Logística e Serviços Gerais**

---

---

- I - promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância;
- II - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas;
- III - programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços;
- IV – promover operação do sistema informatizado de protocolo referente à documentação corrente e ações relacionadas à funcionalidade do Sistema - SIGED;
- V - administrar o arquivo central, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo a controle e descarte do acervo documental.

---

## 1.6 Principais Parceiros

---

A superintendência mantém parcerias com a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe (Emdagro), a Secretária de Agricultura do Estado de Sergipe (Seagri), o ministério público estadual (MPE/SE), a Advocacia Geral da União (AGU), a Controladoria Geral da União em Sergipe (CGU/SE) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Aracaju (CARE).

A parceria com a Emdagro dar-se através de Convênio onde a empresa tem como objetivo a execução de algumas ações de Defesa Agropecuária e também de extensão rural, da mesma forma acontece com a Seagri. A CGU/SE atua nos orientando no controle dos processos internos assim como nos procedimentos de acompanhamento de convênios.

Outra parceria importante é proporcionada pela AGU, que através da Consultoria Jurídica da União em Sergipe (CJU/SE) presta assessoria jurídica para elaboração dos processos administrativos.

Junto ao Ministério Público Estadual foi celebrada parceria para o controle e manutenção da vacinação contra febre aftosa objetivando assegurar o status de zona livre da febre aftosa, beneficiando diretamente o agronegócio sergipano. A CARE recolhe todos os resíduos aproveitáveis para fins de reciclagem de material.

Com o INSS foi assinado acordo termo de cooperação para a implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS). O sistema tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo governo.

Estas parcerias são fundamentais para que a superintendência obtenha êxito no cumprimento de sua competência regimental.

## Parte 2 - Planejamento da unidade e resultados alcançados

### 2.1 Planejamento da unidade

O Ministério iniciou a construção e implementação da gestão estratégica no final de 2005. Com representação de vinte e três superintendências, foi construído o Mapa Estratégico do MAPA, fundamentado no conceito de Balanced Scorecard (BSC), resultando na elaboração da missão institucional e da visão de futuro para 2015.

Visando consolidar a estratégia, o MAPA alinhou o Plano Plurianual (PPA 2012/2015) às suas estratégias. Assim, tanto os objetivos setoriais do PPA do MAPA, como também as 23 iniciativas estratégicas estão ajustadas de modo a garantir sua execução até 2015.

Os objetivos estratégicos que compõem o Plano Estratégico do Ministério foram baseados em quatro perspectivas: Sociedade, Agronegócio e Parceiros, Processos Internos e Pessoas, Aprendizado e Crescimento. Os objetivos incluem a garantia da segurança alimentar do povo brasileiro, a ampliação da participação da agroenergia na matriz energética do país, o aumento da produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos e a atuação no sentido de impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

Esse processo é gerenciado pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do MAPA e nas superintendências foi instituída a figura do interlocutor de gestão estratégica para tratar dos assuntos relacionados a execução e ao desdobramento das estratégias em cada unidade.

Somente em 2010 a superintendência foi capacitada e deu início ao trabalho com enfoque no planejamento estratégico. Basicamente, cabe a superintendência executar as ações PPA para impulsionar positivamente os objetivos estratégicos, impactado diretamente na missão da organização. Apresentamos a seguir os resultados estratégicos e os indicadores que utilizados para medir a contribuição ao planejamento estratégico do órgão central:

<b>Quadro 2 - Resultados Estratégicos Esperados</b>
a. Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional;
b. Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada;
c. Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado;
d. Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada;
e. Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada;
f. Defesa Fitossanitária Fortalecida.

<b>Quadro 3 - Indicadores Estratégicos</b>
a. Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves);
b. Porcentagem de bovinos e a área total dos 26 estados da federação e Distrito Federal que são reconhecidos pela OIE como livres de Febre Aftosa;
c. Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários;
d. Índice de Conformidade de Material Genético animal;
e. Índice de Conformidade de produtos alimentação animal;
f. Índice de Conformidade de produtos de uso veterinário;
g. Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal;
h. Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal;
i. Índice de Conformidade dos Fertilizantes;
j. Índice de Conformidade de Sementes e Mudas;
k. Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação.



## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

### 2.2.1 Ações

#### 2.2.1.1 Ações - OFSS

Quadro 4 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4842		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTO13					
<b>Iniciativa</b>	Código 012i - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
<b>Objetivo</b>	Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle. <b>Código:</b> 0364					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.156,53	33.156,53	33.156,53	33.156,53	33.156,53	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Manutenção de Status de Zona Livre de Febre Aftosa do Estado de Sergipe.		<b>Km²</b>	21.962	21.962	21.962	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 5 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8658		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL13					
<b>Iniciativa</b>	Código 012i - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.					
<b>Objetivo</b>	Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle. <b>Código:</b> 0364					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.382,15	16.382,15	16.010,25	16.010,25	16.010,25	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Atendimento de 100% das propriedades com Suspeitas de Síndromes Vesicular, Hemorragia dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves.		<b>Unidade</b>	10.700	10.461	10.461	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 6 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2124		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN13					
<b>Iniciativa</b>	Código 013f - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários.					
<b>Objetivo</b>	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. <b>Código:</b> 0368					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.479,57	10.479,57	10.350,19	10.350,19	10.350,19	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realizar 100% das Fiscalizações Previstas para o Exercício			<b>Unidade</b>	128	220	235
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 7 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2140		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET13					
<b>Iniciativa</b>	Código 013f - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários.					
<b>Objetivo</b>	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. <b>Código:</b> 0368					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.798,37	7.798,37	7.266,11	7.266,11	7.266,11	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realizar 100% das Fiscalizações Previstas para o Exercício			<b>Unidade</b>	84	160	172
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 8 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8938		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INPANIMAL13					
<b>Iniciativa</b>	Código 0278 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.					
<b>Objetivo</b>	Assegurar a Qualidade dos Alimentos e Bebidas por meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando a Oferta de Alimentos Seguros. <b>Código:</b> 0570					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
60.608,91	60.608,91	60.357,17	60.357,17	60.357,17	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realizar 100% das Fiscalizações e Inspeções Programadas para os Estabelecimentos			<b>Unidade</b>	20	21	21
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 9 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4738		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA					
<b>Iniciativa</b>	Código 012h - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
<b>Objetivo</b>	Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle. <b>Código:</b> 0364					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Manutenção de 100% da Área sob Controle da Mosca da Carambola.			<b>Ha</b>	2.191.034	2.191.034	2.191.034
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 10 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2179		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM13					
<b>Iniciativa</b>	Código 013e - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Insumos Agrícolas.					
<b>Objetivo</b>	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. <b>Código:</b> 0368					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
43.990,86	43.990,86	43.490,86	43.490,86	43.490,86	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar 100% das Fiscalizações Previstas para o Exercício		<b>Fiscalização</b>	164	164	123	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 11 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4746		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN13					
<b>Iniciativa</b>	Código 013h - Desenvolvimento e Modernização dos Instrumentos de Fiscalização de Atividade com OGM.					
<b>Objetivo</b>	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. <b>Código:</b> 0570					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.310,70	16.310,70	15.560,70	15.560,70	15.560,70	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar 100% das Fiscalizações Previstas para o Exercício		<b>Fiscalização</b>	20	20	16	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 12 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2141		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECO113					
<b>Iniciativa</b>	Código 013e - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Insumos Agrícolas.					
<b>Objetivo</b>	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. <b>Código:</b> 0368					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.940,70	31.940,70	31.266,22	31.266,22	31.266,22	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar 100% das Fiscalizações Previstas para o Exercício		<b>Fiscalização</b>	150	100	63	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 13 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8939		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL13					
<b>Iniciativa</b>	Código 0279 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal.					
<b>Objetivo</b>	Assegurar a Qualidade dos Alimentos e Bebidas por meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando a Oferta de Alimentos Seguros. <b>Código:</b> 0570					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.940,70	31.940,70	31.266,22	31.266,22	31.266,22	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar 100% das Fiscalizações Previstas para o Exercício		<b>Fiscalização</b>	102	115	115	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 14 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4746		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Produtos Vegetais – PADCLASSI13					
<b>Iniciativa</b>	Código 027a - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.					
<b>Objetivo</b>	Assegurar a Qualidade dos Alimentos e Bebidas por meio do Aprimoramento dos Mecanismos de Controle de Produtos e Processos Visando a Oferta de Alimentos Seguros. <b>Código:</b> 0570					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.447,95	9.447,95	9.447,95	9.447,95	9.447,95	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar 100% das Fiscalizações Previstas para o Exercício		<b>Fiscalização</b>	100	120	117	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 15 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8572		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGTAL13					
<b>Iniciativa</b>	Código 012h - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
<b>Objetivo</b>	Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle. <b>Código:</b> 0364					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.661,53	10.661,53	9.838,03	9.838,03	9.838,03	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Manutenção de 100% da Área sob Controle de Pragas no Estado.		<b>Ha</b>	64.000	64.000	64.000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 16 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2134		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos – VIGIFITO13					
<b>Iniciativa</b>	Código 012h – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais.					
<b>Objetivo</b>	Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle. <b>Código:</b> 0364					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.464,60	2.464,60	2.116,01	2.116,01	2.116,01	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar 100% das fiscalizações Previstas para o Exercício		<b>Partidas Inspeccionadas</b>	14.000	14.000	15.000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 17 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4720		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Aplicação de Mecanismo de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN13					
<b>Iniciativa</b>	Código 02x3 - Fiscalizar Aplicação de Outros Mecanismos de Controle para a Garantia da qualidade Orgânica, entregando à sociedade produtos Orgânicos com Qualidade.					
<b>Objetivo</b>	Incentivar o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e de Outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade da distribuição dos benefícios e renda. <b>Código:</b> 0744					
<b>Programa</b>	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		<b>Código:</b> 2014 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
966,74	966,74	966,74	966,74	966,74	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Monitorar e Controlar 100% das Organizações de Controle Social OC'S		<b>Unidade Controlada</b>	12	13	13	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 18 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8606		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESENGORG13					
<b>Iniciativa</b>	Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.					
<b>Objetivo</b>	Incentivar o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e de Outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade da distribuição dos Benefícios e Renda. <b>Código:</b> 0744					
<b>Programa</b>	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		<b>Código:</b> 2014 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não		Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
984,00	984,00	984,00	984,00	984,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fomentar 100% produtores de Agricultura Orgânica		<b>Pessoa Beneficiada</b>	350	248	150	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Quadro 19 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2177		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização de Serviços Agrícolas - FISCAGRIC13					
<b>Iniciativa</b>	Código 02xl - Coordenação e Fiscalização da Atividade Agrícola					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. <b>Código:</b> 0747					
<b>Programa</b>	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		<b>Código:</b> 2014 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não		Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.639,15	1.639,15	1.639,15	1.639,15	1.639,15	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização de 100% da Pulverização aérea de agrotóxicos no Estado		<b>Unidade</b>	08	07	07	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	



Quadro 20 - Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2B17		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO					
<b>Iniciativa</b>	Código 02xh - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário.					
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes as desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. <b>Código:</b> 0747					
<b>Programa</b>	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		<b>Código:</b> 2014		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA					
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X )		Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Acompanhamento em Loco de 100% dos Contratos de Repasse em Vigência no Âmbito do Estado		<b>Unidade</b>	0	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

### 2.2.1.2 Análise Situacional

A SFA/SE coordenou e gerenciou a execução das ações regionalizadas correspondentes ao Programa de Defesa Agropecuária, parte integrante do PPA 2012/2015, conforme descrito na tabela abaixo.

Quadro 21 - Programa		
2028 - Defesa Agropecuária		
OBJETIVO	INICIATIVAS	AÇÕES
Objetivo 0364 - Promover a Sanidade na Agropecuária, Mantendo a situação das Zonas Livres de Pragas Doenças e Fortalecendo as Ações de Prevenção e Controle	Código 012h - Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais	2134 - VIGIFITO1
		8572 - PCEVEGETAL
		4738 - ERRADMOSCA
	Código 012i - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	4842 - FEBREAFTOS
		8658 - PCEANIMAL
		2141 - FISFECOI
		2179 - FISCALSEM1
	Código 013f - Aperfeiçoamento e Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários.	2019 - FISCGENE
		2124 - FISCINAN
		2140 - FISPROVET1
Código 013h - Desenvolvimento e Modernização dos Instrumentos de Fiscalização de Atividade com OGM.	4745 - FISCORGEN	
Objetivo 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.	Código 0278 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.	8938 - INSPANIMAL3
	Código 0279 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal.	8939 - IPVEGETAL2
	Código 027a - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.	4746 - PADCLASSIF

#### • Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTO13

A ação que consubstancia a **Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTO13)** tem por objetivo a promoção da sanidade agropecuária, especialmente no tocante a erradicação da Febre Aftosa no País, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). A ação é descentralizada para o órgão do serviço veterinário oficial do Estado de Sergipe, vinculado a Secretaria da Agricultura desde 1975, contando com suporte financeiro do MAPA através de convênios.

Sergipe detém o status de **Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação** através de reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), no ano de 2001. O último foco de Febre Aftosa foi registrado em 1995 totalizando assim 19 anos sem notificação da enfermidade no rebanho sergipano.

**Execução das metas:** A meta estabelecida foi alcançada tendo em vista não ocorrer registros reintrodução da doença no território sergipano. Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para atendimento a demanda das atividades de fiscalização, supervisão e auditoria realizadas pela SFA/SE. Os recursos financeiros oriundos do convenio firmado com o MAPA foram fundamentais para garantir o suporte as atividades desenvolvidas pelo órgão estadual.

**Fatores intervenientes:** Não foram evidenciados fatores intervenientes que com corresse de forma marcante para que os procedimentos de competência do MAPA sofressem solução de continuidade.

Para a execução das ações de Erradicação da Febre Aftosa, de responsabilidade da EMDAGRO-SE sob a coordenação, supervisão e a orientação da Superintendência, onde a ação foi bem sucedida alcançando o resultado de 100% de eficácia, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R\$ 33.156,53 (trinta e três mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos).

- **Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL13**

A Ação de **Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL**, atua, normatizando e supervisionando as ações executadas pelo órgão estadual de defesa animal EMDAGRO, através de delegação de competência por convenio nos seguintes programas: programa nacional de sanidade avícola (PNSA), programa nacional de sanidade dos suídeos (PNSS), programa nacional de controle e erradicação da brucelose e tuberculose, (PNCEBT) o programa nacional de sanidade dos eqüídeos (PNSA), programa nacional do controle da raiva dos herbívoros e outras encefalopatias. (PNCRH) programa nacional de sanidade dos caprinos e ovinos (PNESCO).

As principais ações são: controle da notificação de enfermidades dos programas do Mapa, contingenciamento de influenza aviária, doença de Newcastle, contingenciamento de peste suína clássica, controle e erradicação do mormo e anemia infecciosa eqüina, da brucelose bovina e tuberculose, raiva dos herbívoros e encefalite espongiiforme bovina.

A principal dificuldade ocorreu em decorrência da falta de pessoal (Médicos veterinários) pois com somente 02 (dois) fiscais as atividades sofrem prejuízos na execução.

O macroprocesso desta ação refere-se ao Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, porem existe outras atividades que complementam a processo principal como: Fiscalização de convênios, Auditorias nas unidades organizacionais da EMDAGRO, Emissão de Parecer Técnico de Convênio, Emissão de Parecer de Viabilidade Técnica de Convênio, Análise Técnica sobre Prestação de Contas de Convênio, etc.

Os atendimentos a propriedades com suspeita de síndromes vesiculares, hemorrágicas dos suínos respiratória e das aves foram em numero de 64 sendo que 10.397 foram realizados para atendimento aos outros programas sanitários do MAPA. As atividades de atendimento às propriedades foram executadas em conjunto com a Emdagro e sob delegação de competência mediante convenio.

Os recursos financeiros foram suficientes para execução das atividades programadas, sendo disponibilizado dentro do cronograma previsto, o que facilitou a sua execução dentro do próprio exercício financeiro.

- **Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN13**

A ação tem como objetivo assegurar à qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal, tais como ingredientes, concentrados e suplementos.

A meta programada quanto ao nº de estabelecimentos a serem fiscalizados foi de 128 (oitenta e quatro), ao longo do exercício a meta foi revisada para cima com previsão de 220 estabelecimentos a ser fiscalizados e, com o resultado final de 235 fiscalizações realizadas. Alcançado para a ação uma eficácia acima 100% com de conformidade de 64,7%.

As principais dificuldades encontradas ficam por conta da cobrança do seguimento afim quanto aos estabelecimentos que deixam de ser fiscalizados, pois não temos fiscais em número suficiente para dar uma melhor resposta ao seguimento e conseqüentemente à sociedade, apesar de entendermos que dificilmente existirá um nº suficiente para aquilo que somos cobrados. É importante que o poder público prepare a sociedade para fazer a sua parte.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, processos como:

**Quadro 22**

<b>Procedimentos Executados</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Auto de Infração	55	28	37
Cadastro de Estabelecimento Comercial	2	2	0
Laudo de Vistoria de Estabelecimento	1	0	03

Denúncia	0	1	03
Registro de Estabelecimento Produtor	0	1	01
Registro de Produto	3	3	01
Termo Aditivo	5	0	0
Termo de Apreensão	54	12	35
Termo de Coleta de Amostra	45	9	43
Termo de Desembargo	3	0	0
Termo de Embargo	0	0	0
Termo de Fiscalização	136	118	235
Termo de Interdição	0	0	0
Termo de Intimação	5	0	1
Termo de Liberação	4	0	0
Termo de Revelia	0	0	04
<b>TOTAL</b>	<b>315</b>	<b>176</b>	<b>375</b>

- **Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET13**

A ação que consubstancia a **Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET13** tem por objetivo a promoção da sanidade agropecuária, especialmente no tocante a inocuidade dos produtos de uso veterinário que são ofertados aos produtores rurais. Foi evidenciado ainda um trabalho de parceria com o órgão do serviço oficial estadual, no tocante ao comércio de vacinas, denúncia de estabelecimentos irregulares e apreensão de produtos com prazo de validade vencido ou fora das condições ideais de estocagem e conservação.

A execução da meta superou a programação inicial, sendo necessária uma reprogramação da ação, onde a meta foi revisada para cima com previsão de 160 estabelecimentos a ser fiscalizados, com o resultado final de 172 fiscalizações realizadas, alcançado para a ação uma eficácia acima 100% com de conformidade de 88,3%.

Mesmo com o bom desempenho na execução da fiscalização, entendemos que para a Superintendência trabalhar alinhada com a iniciativa do PPA 2012/2015 demandada pela sociedade (Aperfeiçoamento e a Modernização dos Processos de Fiscalização de Insumos Pecuários), será necessário que a unidade emane esforços no sentido adotar medidas do tipo: realizar capacitação técnica, contratação de novos fiscais, estruturação dos equipamentos técnicos e incremento no credenciamento de novos laboratórios, o que não aconteceu no exercício.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, processos como:

**QUADRO 23**

<b>Procedimentos Executados</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Auto de Infração	27	26	29
Autorização de Importação	4	1	1
Cadastro de Estabelecimento	0	0	0
Registro de Estabelecimento Comercial	27	27	38
Renovação de Registro	1	0	57
Relatório de 1ª Instancia	0	0	25
Termo Aditivo	2	0	0
Termo de Apreensão	52	15	20
Termo de Coleta de Amostra	0	1	0
Termo de Embargo	1	0	0
Termo de Fiscalização	90	99	172
Termo de Liberação	13	0	01
Termo de Revelia	0	0	08

- **Inspecção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INPANIMAL13**

A Defesa Agropecuária, cujo objeto contempla a reestruturação, implementação e coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, detém como ferramenta a ação que consubstancia a **Inspecção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INPANIMAL13)**. Dentro deste enfoque, a ação estabelecida é fundamentalmente voltada para a segurança alimentar, buscando proporcionar à sociedade a oferta de alimentos saudáveis e isentos de agentes patológicos que possam concorrer em prejuízos para a saúde do homem.

A implantação do SISBI – Sistema Brasileiro de Inspecção de Produtos de Origem Animal que propõe dentre outras ações promover a equivalência de produtos de origem animal proporcionará a efetiva melhoria da qualidade da produção e comercialização locais de produtos oriundos de pequenas unidades de produção. O Estado de Sergipe, conta com 10 estabelecimentos detentores do Serviço de Inspecção Federal.

A meta estabelecida foi atendida tendo em vista a não inclusão de estabelecimentos relacionados no SIF, obrigando-nos a proceder a reprogramação da citada meta. Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para atendimento a demanda das atividades de fiscalização, supervisão e auditoria realizadas pela SFA/SE.

A carência de recursos humanos na área técnica impactou na ação diminuindo a frequência das fiscalizações, não obstante, não tenha ocorrido solução de continuidade na programação estabelecida. Não foram evidenciados outros fatores que com concorressem de forma negativa para que os procedimentos de competência do MAPA fossem implementados.

- **Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA**

A mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) é a principal praga da fruticultura, portanto seu monitoramento constante tem como objetivo de evitar a disseminação desta praga, que no momento estar restrita no estado do Amapá e Roraima.

A EMDAGRO e a empresa responsável pelo monitoramento e levantamentos fitossanitários realizado em todo o Estado e, no exercício objeto do relatório não foi detectado em nenhum material suspeito, portanto o nosso estado mantém o status livre da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*).

- **Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM113**

Em 2013 intensificamos a fiscalização e coleta de amostras de sementes no comércio, pois verificamos em 2012 a necessidade de priorizarmos essa área por verificarmos o quanto este segmento do Agronegócio estava sujeito a fraudes e a clandestinidade, em especial sementes de forrageiras, por outro lado o Governo de Sergipe oficialmente se mostrou incapaz de assumir essa atividade devido à falta de pessoal e infra-estrutura.

Em relação aos anos anteriores as dificuldades não só persistiram como pioraram, consideravelmente, com a aposentadoria de Fiscais Federais Agropecuários. A falta de equipamentos continuaram, apesar de insistirmos desde 2009 em programar em todos os nossos POAs, a aquisição de equipamentos, em especial GPS e máquina fotográfica, ou seja a 5 anos temos solicitado, em vão, as aquisições desses equipamentos. É oportuno ressaltar que o GPS e a máquina fotográfica são equipamentos básicos e fundamentais na condução de qualquer fiscalização e são extremantes importantes na produção de provas.

Outro problema que podemos destacar é alimentação das 40 diárias anual e a crescente dificuldade impostas pelas instâncias superiores na liberação de diárias quando esta cota é atingida. Esse problema, que já dificultava nossas ações, tende a piorar ainda mais em 2014, pois com a aposentadoria os Fiscais remanescentes terão que atuar em diversas áreas o que fará que a cota de 40 diárias anuais seja atingida mais rapidamente o que prejudicará às metas programadas dos PIS trabalhados, a como um todo.

A finalidade do PI FISCALSEM1- Fiscalização de Sementes e Mudanças e garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética. Para atingir este fim, utilizamos de registros, fiscalizações da produção e da comercialização de sementes e mudas; análises laboratoriais de amostras coletadas para verificação do atendimento aos padrões estabelecidos.

No que diz respeito ao cumprimento das metas do PI FISCALSEM1- Fiscalização de Sementes e Mudanças para o ano de 2013, infelizmente, não conseguimos cumprir o programado devido a limitação de diárias. Programamos 164 e realizamos apenas 123 fiscalizações, ou seja, cumprimos apenas 75,0% da meta programada, o que consideramos ruim, pois, desde 2009 temos cumprido regularmente com a nossa programação. Essa queda na fiscalização é um dos reflexos negativos do aumento das exigências impostas pelas gestões superiores para a liberação de diárias quando a cota limite de 40 diárias anual é atingida.

A burocratização do processo de liberação diárias está se tornando a cada ano da sua implantação um entrave maior ao bom desenvolvimento dos nossos trabalhos o que reflete negativamente no objetivo do FIVISV que é proteger o agronegócio, o consumidor de insumos agrícola e a sociedade de forma geral.

- **Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN13**

O objetivo do trabalho foi fiscalizar o cumprimento da Resolução Normativa nº 4 da CTNBio, de 16 de agosto de 2007, verificando as distâncias mínimas obrigatórias para coexistência entre a lavoura de milho transgênica e a convencional dos vizinhos.

A distância de isolamento é exigida pela Resolução Normativa nº 4 da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança. Segundo esta norma todo agricultor que cultiva milho geneticamente modificado precisa guardar uma distância do milho convencional de seu vizinho, de modo a garantir o cultivo dos diferentes sistemas de produção de milho.

O objetivo deste isolamento é dar aos dois produtores a oportunidade de manter seus produtos diferenciados. Deste modo a fiscalização das regras de coexistência tem importância fundamental na garantia do cumprimento desta norma.

Neste sentido foram feitas fiscalizações, por amostragem, em agricultores que plantaram milho OGM visando o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores. Como resultados verificaram nas fiscalizações o conhecimento e o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores atendendo assim as expectativas do trabalho.

A carência de Fiscais Federais Agropecuários tem comprometido o cumprimento das metas estabelecidas, pois, estes estão atuando e mais de um Plano interno (PI), acarretando assim em uma sobrecarga de atividades burocráticas e de campo promovendo assim prejuízos ao cumprimento das metas estabelecidas.

- **Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI13**

A unidade jurisdicionada deverá fazer análise da execução de forma individualizada ou para o conjunto das ações, devendo a escolha sobre uma ou outra forma considerar a que melhor se adéqua ao acompanhamento da gestão, notadamente face ao número de ações sob a responsabilidade da unidade.

Pode ser adotado também um modelo misto, as ações mais relevantes, estratégica ou materialmente, serem consideradas de forma individualizada e as demais em conjunto.

A análise deve realçar, quando possível, questões relativas à regionalização do gasto, registrada mediante subtítulo ou observada quando da execução da ação, e contemplar os seguintes aspectos, quando pertinentes:

A execução da meta principal referente a ação FISFECOI é mensurada pelo número de fiscalizações realizadas, número este composto pela soma das fiscalizações a estabelecimentos / (normalmente medida pelo número de termos de fiscalização emitidos) e fiscalizações a produtos medidas somando o número de amostragem fiscais e produtos apreendidos.

O não cumprimento das metas de eficácia (63 realizadas de 150 programadas, 42%) reflete claramente a falta de FFA, bem a não disponibilização de recursos no momento adequado. As principais dificuldades para realização das ações visando atingir os objetivos propostos foram:

→ A carência de Fiscais Federais Agropecuário, pois, nas indústrias, a fiscalização fica prejudicada quando é feita apenas por um fiscal. Além do atraso nos trabalhos de escritório, como análises de requerimento de registros, relatorias de processos, autorização de importação, dentre outros;

→ O afastamento devido a licença saúde do Agente de Atividade Agropecuária que apoiava o programa;

→ Fatores administrativos diversos (limite de diária por servidor, liberação de recursos, atividade internas de registro de produtos e estabelecimento, relatoria de processo, etc.) que limitaram as viagens principalmente, nos meses de março, abril, maio e junho;

→ Ineficiência dos sistemas de gestão de dados que força o retrabalho e em muito contribui para o não cumprimento das metas e principalmente sobrecarrega a cadeia produtiva com exigências ainda impressas em papel;

Sergipe se destaca como produtor de matérias primas para a fabricação de fertilizantes, temos duas importantes plantas. Uma de produção de cloreto de potássio (Vale) e outra de uréia e amônia (Petrobrás). A qualidade destas matérias primas está claramente melhorando, o que demonstra todas as fiscalizações nos produtos e estabelecimentos.

#### • **Inspecção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL13**

Os trabalhos foram realizados dentro dos recursos humanos e financeiros disponíveis. Todos os estabelecimentos produtores foram fiscalizados e parte do comércio das principais cidades do Estado. Neste ano de 2013 foi dada uma atenção especial a fiscalização de fábricas que trabalham com produtos mais perecíveis, no processo produtivo, como fábricas de polpa e suco de frutas.

O cumprimento da meta física deveu-se ao fato de que este foi um ano de transição e durante um período houve dois FFA atuando nesta área, pois para atender a necessidade do serviço, são necessários dois Fiscais Federais Agropecuários (FFA) e um Agente de Atividade Agropecuária (AAA).

No momento a equipe é composta por um FFA e um AAA, esta demanda de pessoal se faz necessária em vista que temos no momento 35 estabelecimentos produtores registrados. Porém as ações não se restringem apenas a fiscalização dos estabelecimentos produtores, onde foram realizadas 115 fiscalizações ao longo de 2013.

Outras atividades também foram desenvolvidas conforme descritas e quantificadas: Registro de estabelecimentos (06); Registro de produtos (101); Colheita de amostras (16); Certificado de origem para exportação de bebidas (11); Certificado de inspecção de importação de bebidas (02); Fiscalização do comércio (75); Alteração de registro de produto (04); Renovação de registro de produto (18). Todo este trabalho demanda de muito tempo. Destacamos ainda a importância da fiscalização do comércio que visa a conscientização dos comerciantes e o impedimento do comércio de produtos clandestinos.

Outra dificuldade no ano de 2013 foi a escassez de recursos financeiros e o limite de Diárias, imposto via Decreto governamental, que impediu a fiscalização em regiões estratégicas do interior do Estado.

• **Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Produtos Vegetais – PADCLASSI13**

Garantir a comercialização de produtos de origem vegetal em conformidade com os padrões oficiais, avaliar os produtos vegetais importados de acordo com os padrões oficiais brasileiros, retirar do mercado produtos vegetais impróprios ou que possam ser prejudiciais a saúde humana e animal.

Avalia ainda as estruturas e o serviço das entidades que requerem o credenciamento para a execução da classificação dos produtos de origem vegetal e empresas embaladoras de feijão, arroz, farinha e amendoim existentes no estado. Empresas varejistas (Supermercados) que comercializam produtos vegetais com obrigatoriedade de classificação, Também foram submetidas à fiscalização fiscal com coletas de amostras.

Também foram realizadas coletas de amostras de 147.746,59 toneladas trigo importados desembarcadas no porto de Sergipe para fins de classificação visando a transformação em farinha de trigo. A meta inicial de 100 fiscalizações foi reprogramada para 130, no entanto o não cumprimento do estabelecido se deu devido ao contingenciamento dos recursos no período.

Para o alcance da meta programada, foi necessária a execução de processos intermediários que contribuiu para o sucesso da ação e a solidificação da Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, processos como:

**QUADRO 24**

<b>Procedimentos Executados</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Auto de Infração	2	1
Relatório de Instrução 1º Instância	2	1
Registro de Produto	0	0
Termo de Fiscalização	144	117
Termo de Coleta de Amostras	21	18
Termo de Suspensão de Comercialização	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>169</b>	<b>141</b>

• **Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGTAL13**

A Agricultura Sergipana, especialmente, a citricultura, tem como principal fator competitivo a ausência de Pragas Quarentenárias Presentes (A2). Portanto, o seu ingresso e disseminação causariam grandes prejuízos econômicos e sociais, tendo em vista que a nossa citricultura é desenvolvida principalmente por pequenos e médios produtores.

Com exceção do Moko da Bananeira, não há registro de ocorrência Pragas Quarentenárias Presentes (A2) no Estado de Sergipe. Portanto, evitar o ingresso e estabelecimento destas pragas e a erradicação do Moko da Bananeira, constituem-se nos objetivos a serem alcançados. Os Levantamentos de detecção e inspeções fitossanitárias periódicas, bem como a educação sanitária, foram instrumentos estratégicos utilizados para alcançar os objetivos propostos.

As atividades referentes às ações da prevenção, controle e erradicação de pragas de vegetais foram desenvolvidas em parceria com a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), sendo que periodicamente são realizados levantamentos e monitoramento em propriedades de risco fitossanitários, e não foram constatado a introdução de alguma praga quarentenária.

Sendo assim concluímos que os objetivos principais, que é a manutenção da sanidade vegetal, prevenção e controle de pragas exóticas foram alcançados, tendo em vista que o estado de Sergipe mantém o status de livre das principais pragas quarentenárias presentes.



- **Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos – VIGIFITO13**

O controle do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos é executado pela EMDAGRO, sob a supervisão do SIFISV/DDA/SFA-SE visando manter em níveis satisfatórios o estado fitossanitário da agricultura nacional, protegendo áreas reconhecidas como livres de Pragas Quarentenárias Presentes (A2), através de supervisão/auditorias periódicas, visando o aprimoramento e a implementação das normatizações pertinentes ao trânsito de vegetais seus produtos e insumos, junto aos Postos de Fiscalização Agropecuários da EMDAGRO, estrategicamente localizados nas fronteiras territoriais do Estado de Sergipe.

Destaca-se como principal resultado alcançado, ausência de registros de introdução de pragas quarentenárias, mantendo principalmente, a citricultura sergipana de livres de pragas quarentenárias.

A Certificação Fitossanitária de Origem – CFO, e a Permissão de Trânsito de Vegetais são os instrumentos que viabilizam o comércio de vegetais seus produtos e subprodutos, minimizando os riscos de disseminação de pragas para áreas indenens. Portanto as supervisões e auditorias realizadas pelo SIFISV/DDA/SFA-SE visam o aprimoramento na aplicação destes instrumentos.

- **Aplicação de Mecanismo de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN13**

O processo passa por um trabalho de campo, no sentido de identificar, informar e orientar os agentes interessados em produzir e comercializar produtos orgânicos, a se organizar para formarem Organizações de Controle Social – OCS. Estas organizações ao serem cadastradas pelo MAPA permitindo aos seus membros a receber a Declaração de Produtor Vinculado a OCS habilitando-os a comercializar diretamente seus produtos orgânicos aos consumidores.

O objetivo principal é a garantia da qualidade dos produtos orgânicos. No ano de 2013 foram cadastradas 7 (sete) novas OCS, totalizando assim 19 (dezenove) OCS cadastradas no Estado de Sergipe, constituídas por 248 agricultores familiares credenciados a comercializar legalmente seus produtos com orgânicos.

O incremento do número de OCS foi fruto de parcerias com entidades governamentais e não governamentais que prestam assistência técnica a produção, orientando no controle, fiscalização e no acompanhamento das atividades dos produtores orgânicos. A comercialização dos frutos é feitas de forma direta ao consumidor, em feiras livres, e no atendimento a programas governamentais.

No exercício de 2013, o Fiscal Federal Agropecuário responsável pela atividade e o Chefe da Divisão de Política Agrícola - DPDAG, e também Fiscal Federal Agropecuário se aposentaram, passando a responsabilidade da ação ao atual Chefe da DPDAG, que responde atualmente por todas as ações da Divisão.

Os recursos liberados foram escassos para executar toda programação de fiscalização, palestras, reuniões. Além disso, foram contingenciados ao longo do ano. Outro fato importante é a carência de Fiscais Federais Agropecuários para desempenhar as ações, agravada com a não recomposição do quadro com as aposentadorias. Na execução das metas a parceria com entidades governamentais e não governamentais que compõem a Comissão de Produção Orgânica em Sergipe (CPOrg-SE) foi de suma importância.

- **Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESENORG13**

A ação tem a finalidade de promover o desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização. Algumas ações de como reuniões e palestras foram realizadas como a Semana do Orgânico, encontros com técnicos de entidades governamentais e não governamentais.

Nas ações desenvolvidas pelo DPDAG foram buscados parceiros como o SEBRAE e a EMDAGRO na execução. A carência de Fiscal Federal Agropecuário no DPDAG é um fator limitante para o incremento nas ações do PI. A carência de recursos foi outro fator que contribuiu para que não se obtivesse um melhor resultado.

- **Fiscalização de Serviços Agrícolas - FISCAGRIC13**

O uso da aviação agrícola para aplicação de agrotóxicos e fertilizantes no Estado de Sergipe tem crescido principalmente no controle da praga “cigarrinha”, na lavoura de cana de açúcar, proporcionando um aumento na produtividade.

No ano de 2013, uma empresa encaminhou requerimento a Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe para executar os serviços de pulverização com agrotóxicos e fertilizantes. Esta empresa executou suas atividades em lavouras de cana de açúcar de 4 (quatro) Usinas localizadas nos Municípios de Capela, Laranjeiras e Nossa Senhora das Dores, no combate à praga “cigarrinha”.

Foram programadas 8 (oito) fiscalizações e realizadas 7 (sete). A liberação de recursos para fiscalização da ação deve ser disponibilizada na época certa, pois a atividade só se desenvolve em determinados meses do ano, durante o período de chuvas na região. Para coordenar esta ação o Fiscal Federal Agropecuário (FFA) deve ter um curso de coordenador de aviação agrícola. Este curso vem sendo pleiteado a coordenação do MAPA, porém ainda não atendido.

Durante o ano de 2013 o Fiscal Federal Agropecuário responsável pela ação aposentou e o atual Chefe do DPDAG é único FFA da Divisão passa a responder pela ação. Essa carência de FFA pode comprometer os resultados do trabalho devido a sobrecarga de responsabilidades.

- **Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO**

As ações de fiscalização dos contratos de repasse são efetuadas em função dos recursos liberados pelo MAPA oriundo de emendas dos parlamentares (Deputados e Senadores). Estes recursos são repassados através da Caixa Econômica Federal para prefeituras, associações, etc.. O Objetivo da ação é apoiar o desenvolvimento do setor agropecuário, contribuindo nas ações que tenham sustentabilidade no crescimento das comunidades rurais.

Durante o exercício foram aprovados vinte e dois planos de trabalho para vinte e uma prefeituras municipais, sendo estes recursos a serem empregados na aquisição de patrulha mecanizada, reforma/construção de mercado municipal, recuperação de estradas vicinais, construção de viveiro e construção de parque de exposição. A aplicação dos recursos tem como objetivo beneficiar agricultores, trabalhadores rurais, comunidades e população dos municípios contemplados.

As principais melhorias realizadas com os recursos dos convênios são a patrulha mecanizada, preparo do solo, plantio, roçagem de pastos, limpeza de pequenas barragens, construção e recuperação da infra-estrutura de mercados e matadouro.

No ano de 2013 não foram fiscalizados nenhum dos Contratos de Repasse aprovados em anos anteriores, devido ao não repasse de recursos para execução das fiscalizações por parte do órgão central. Considerando que no Estado de Sergipe quase todos os municípios recebem repasse de recursos financeiros de emendas parlamentares, existe a necessidade de intensificar a fiscalização. No entanto, os recursos liberados anualmente são insignificantes.

A força de trabalho é reduzida, atualmente o quadro tem um Fiscal Federal, Engenheiro Agrônomo, um Geógrafo e um Agente de Atividades Agropecuárias, sendo urgente concurso público.

---

### 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

---

O Plano de Metas da superintendencia foi baseado no Plano Operativo Anual é composto por metas físicas principais, para alcançar os resultados das metas principais a Divisão trabalha internamente com metas intermediárias como: Número de supervisão, Coleta de Amostras, Número de Auditoria, Reunião Técnica, que servem como ferramenta de gestão para a Coordenação Estadual.




As metas principais são aquelas que têm impacto direto no objetivo estratégico da Unidade e, que estão registradas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) que é gerenciado pelo Ministério do Planejamento, a inserção de dados no SIOP é de responsabilidade dos Coordenadores Nacionais das ações, através das e informações encaminhadas periodicamente pelos Coordenadores Estaduais das Ações.

No plano a SFA/SE trabalha com 14 (quatorze) metas voltadas para o objetivo estratégico da organização, das quais 05 (cinco) ligadas diretamente com a defesa agropecuária como: Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa no Estado, Atendimento de 100% das Suspeitas de Síndromes Vesicular, Hemorragia dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves, Manutenção de 100% da Área sob Controle da Mosca da Carambola, Controle de Praga no Estado e Manutenção de 100% da Área Reconhecidas como Livres de Pragas Quarentenárias, são metas de prevenção que têm impacto direto na qualidade, produção inocuidade dos alimentos para a sociedade.

As Outras metas físicas trabalhadas são de fiscalizações e inspeções ligadas aos macroprocessos de: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Produtos Vegetais, Fiscalização de Sementes e Mudanças, Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos e a Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos, estas metas complementam as metas das ações preventivas da defesa agropecuária, que uma vez cumpridas exerce um impacto positivo no objetivo estratégico “Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos”.

Como demonstrado no Quadro 25, referente à execução do plano de metas, a Divisão alcançou o desempenho satisfatório em 80% das ações do PPA atendendo plenamente as suas metas preestabelecidas, principalmente aquelas metas que têm impacto direto nas políticas internacionais para o agronegócio brasileiro, daí se conclui que apesar das dificuldades, a Superintendência cumpriu satisfatoriamente o seu objetivo no planejamento estratégico do órgão central extensivo as unidade descentralizadas.

Quadro 25 - Programa do PPA: 2028 – Defesa Agropecuária			EXERCÍCIO DE 2013			
Objetivo Estratégico - Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos						
AÇÃO	META ESTIPULADA	Unidade de Medida	META FÍSICA DESEJADA = 100%			
			Prevista	Realizada	Conforme	Resultado
Erradicação da Febre Aftosa	Manutenção de Status de Zona Livre de Febre Aftosa do Estado.	Km2	21.962	21.962	21.962	100,00%
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	Atendimento de 100% das Suspeitas de Síndromes Vesicular, Hemorragia dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves.	Propriedade Atendida	10.500	10.461	9.850	97,7%
Erradicação da Mosca da Carambola	Manutenção de 100% da Área sob Controle da Mosca da Carambola	hA	2.191.034	2.191.034	2.191.034	100,00%
Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Manter o Controle de Praga no Estado, Realizando 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	64.000	64.000	64.000	100,00%
Fiscalização de Produto de Uso Veterinário	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	160	172	152	107%
Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	220	235	152	106%
Fiscalização de Material Genético Animal	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	6	6	6	100%
Fiscalização das Atividades de Organismo Geneticamente Modificado	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	20	16	16	80%
Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	159	63	49	39,6
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos	Manutenção de 100% da Área Reconhecidas como Livres de Praga Quarentenárias	Partida Inspeção	15.000	15.088	13.015	101%
Fiscalização de Sementes e Mudanças	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	164	123	104	75%
Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Produtos Vegetais	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Tonelada	120	117	95	97%
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	22	21	21	100%
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	Realizar 100% das Fiscalizações Programadas	Unidade	115	115	115	100%

	Entre 0 a 50% - <b>Insatisfatório</b> - Reavaliar todo o Planejamento da Ação
	Entre 51 a 80% - <b>Satisfatório com Ressalva</b> - Reavaliar a Meta Proposta
	Entre 81 a 100% - <b>Satisfatório</b> - Metas Plenamente Alcançadas

### Parte 3 - Estruturas de governança e de autocontrole da gestão

#### 3.1 Estrutura de Governança

Os macroprocessos de governança e administração interna são idealizados pela administração central do ministério. Toda a estrutura de governança da superintendência foi apresentada no item referente aos macroprocessos (p. 6). Outras tais, como comissões, conselhos ou unidades de auditoria, são próprias da administração central.

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

**QUADRO 26 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e					X

alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b>					
<p>Segundo Peter &amp; Machado (2003) controle interno é o conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados utilizado com vistas a assegurar que os objetivos dos órgãos e entidades da Administração Pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.</p> <p>De acordo a visão dos autores o papel do controle interno é a prevenção e a correção de erros ou desvios, observando as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos, para auxiliar o gestor público, em qualquer nível de hierarquia.</p> <p>No caso desta superintendência os controles propiciam informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter contábil/operacional, sobre os resultados atingidos, bem como, permitem verificar a eficácia e eficiência da implantação dos programas.</p> <p>O regimento esclarece os deveres-poderes e responsabilidades assumidas pelos postos de direção e a segurança jurídica é facilitada pela existência de instruções formalizadas e com segregação das fases operacionais autorizativa e executiva.</p> <p>Com o uso dos controles internos, a gestão desta superintendência minimizou a probabilidade de falhas/desvios na consecução dos objetivos e assegurou a aderência às diretrizes e normas do ministério.</p>					

### 3.3 Sistema de Correição

A Corregedoria-Geral da União (CRG) é a unidade da Controladoria Geral da União (CGU) que exerce as funções de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR). As Corregedorias-Adjuntas organizam-se segundo as áreas de governo, sendo a Corregedoria-Adjunta Área Econômica (COREC), responsável pela coordenação da Corregedoria Setorial dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A CGR tem como propósito o exercício das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades praticadas por agentes públicos na esfera administrativa federal. As competências da CGR e de suas unidades setoriais estão estabelecidas no art. 4º e 5º do Decreto nº 5.480/2005.

### 3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os servidores cadastrados obedecem à política de uso do sistema de gestão de processos disciplinares (Sistema CGUPAD), tendo respeitados os prazos para registros de informações e zelando pela sua integridade.

### 3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

PROCESSO	INDICADOR	2012	2013	RESULTADO	
Execução Financeira	Execução Orçamentária e Financeira (%)	93	98		
	Preços Contratados por Pregão	35	15		
	Empenhos Liquidados por Modalidade de Licitação	Convite	0	0	=
		Tomada Preços	0	0	=
		Pregão	71	70	
	Utilização de Dispensa e Inexigibilidade	Dispensa	7	8	
Inexigibilidade		5	6		
Pagamento de Diárias	Pagamento de PCD's Recebidos (%)	98	98	=	
	Pagamento de PCD's Efetuados no Prazo (%)	77	71		
	Recolhimento de PCD's (%)	5	1		
Pagamentos Diversos	Pagto de Fatura/Nota Fiscal (%)	100	100	=	
	Pagto de Fatura/Nota Fiscal no Prazo (%)	100	95		
Suprimento de Fundos	Concessão de Suprimento de Fundos (%)	100	100	=	
	Comprovação de Suprimento de Fundos no Prazo (%)	87	100		
Conformidade Contábil	Conformidade Contábil Sem Restrição (%)	75	75	=	
Capacitação	Universalização das ações de treinamento (%)	84	21		
Recadastramento	Recadastramento de Aposentados (%)	94	93		
	Recadastramento de Pensionistas (%)	97	93		
Material de Consumo	Itens Entregues (%)	96	98		
Administração da Frota	Custo Operacional dos Veículos (R\$)	0,60	0,57		

Fonte: Planilha de Acompanhamento da Execução de Atividades

#### LEGENDA:

MELHOR

PIOR

= IGUAL

## Parte 4 - Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira

### 4.1 Execução das despesas

#### 4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

**QUADRO 27 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130101	130028	22101 20122210520000001	-	-	667.119,61
			22101 20125202820ZX0001	-	-	191.414,71
			22101 20609202820ZW0001	-	-	61.803,81
			22101 20665201486060001	-	-	1.950,74
			22101 20665202820QY0001	-	-	860.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130101	130028	22101 20122210520000001	38.040,09	-	-
			22101 20125202820ZX0001	16.424,76	-	-
			22101 20665202820QY0001	140.000,00	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

**QUADRO 28 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	113802	130028	53204 04122211120000001	-	-	125.931,26
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-



## 4.1.2 Realização da Despesa

### 4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

#### QUADRO 29 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>745.350,03</b>	<b>911.848,13</b>	<b>539.881,54</b>	<b>655.184,33</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	745.350,03	911.848,13	539.881,54	655.184,33
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>147.595,05</b>	<b>162.309,60</b>	<b>131.397,08</b>	<b>148.229,27</b>
h) Dispensa	84.854,36	92.896,71	75.122,68	84.764,82
i) Inexigibilidade	62.740,69	69.412,89	56.274,40	63.464,45
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>5.875,60</b>	<b>8.111,70</b>	<b>4.397,38</b>	<b>7.351,09</b>
j) Suprimento de Fundos	5.875,60	8.111,70	4.397,38	7.351,09
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>132.741,28</b>	<b>198.296,06</b>	<b>132.741,28</b>	<b>198.296,06</b>
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	132.741,28	198.296,06	132.741,28	198.296,06
<b>5. Outros</b>	<b>1.031.839,45</b>	<b>-</b>	<b>31.839,45</b>	<b>-</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.063.401,41</b>	<b>1.280.565,49</b>	<b>840.256,73</b>	<b>1.009.060,75</b>

## 4.1.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 30 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
319008	-	-	-	-	-	-	-	38.667,32
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
333041	860.000,00	-	860.000,00	-	-	-	-	-
339037	445.396,53	405.590,51	405.521,58	381.019,71	39.874,95	24.570,80	405.521,58	379.961,57
339039	220.516,07	336.440,41	174.819,33	239.021,50	45.696,74	97.418,91	170.102,27	231.840,65
Demais elementos do grupo	343.023,96	386.803,22	277.937,03	380.547,42	65.086,93	6.255,80	266.111,10	379.302,25
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
443042	140.000,00	-	140.000,00	-	-	-	-	-
449052	54.464,85	154.372,93	-	44.742,20	54.464,85	109.630,73	-	21.322,20
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

### Análise crítica da realização da despesa

Os créditos foram descentralizados em conformidade com programação lançada em sistema informatizado (SIOR) atendendo limite definido pelo órgão central.

Considerando as modalidades de licitação o resultado obtido segue gestão local alinhada à legislação, ou seja, execução prioriza contratação na modalidade de Pregão (84%) em relação às contratações diretas (16%).

Verifica-se que em 2013 os créditos recebidos sofreram impacto do contingenciamento orçamentário, que reduziu em aproximadamente 25% o montante recebido e executado em relação ao exercício de 2012. Esta redução não fica evidenciada no computo geral em função de crédito recebido e liquidado (R\$1.000.000,00) na modalidade de Convênio.

Devido à redução do montante recebido priorizaram-se despesas com os contratos de serviços continuados - Locação de Mão de Obra (339037) e energia, água e telefone - Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica (339039) que impactam diretamente manutenção das atividades administrativas. Ressalta-se que o acréscimo das despesas (9%) em 2013 com os contratos de mão de obra (339037) corresponde ao reajuste anual dos valores pagos à categoria – repactuação anual, contudo as despesas da natureza 339039 sofreram redução de aproximadamente 34% em relação ao exercício anterior.

A restrição orçamentária imposta pelo Decreto n 8056/2012 impediu realização de reforma predial prevista no plano de melhorias da SFA/SE para 2013 gerando impacto desfavorável na conservação e utilização de próprio nacional.

### 4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

**QUADRO 31 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	237.876,24	210.243,24	5.667,31	21.965,69
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	32.904,16	32.904,16	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

### Análise Crítica

Saldos inscritos em Restos a Pagar na SFA/SE são, basicamente, provenientes de pregões realizados no final do exercício, sem tempo hábil para entrega ou execução dos serviços licitados (RP não processado). Os pregões são realizados no final do exercício considerando que a descentralização de crédito ocorre, em maior volume, no último trimestre.

Já os saldos inscritos em RP Processado são gerados pela falta de liberação tempestiva de recurso financeiro para pagamento das obrigações liquidadas no próprio exercício. Verifica-se que em ambos os casos a inscrição independe da gestão interna.

Ressalta-se que a existência em 31/12/2013 de saldo de R\$ 21.965,69, inscrito em 2012 em RP não processado, deve-se a notas não apresentadas por credor e processo de inexecução contratual cuja querela encontra-se em tramitação judicial.

### 4.3 Transferências de Recursos

#### 4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO 32 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe									
CNPJ: 00.396.895/0023-30					UG/GESTÃO: 130028/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	793721/13	13.108.295/0001-66	1.000.000,00	52.632,00	0,00	0,00	31/12/13	31/12/14	1
2	93044/13	13.093.786/0001-80	250.000,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	31/12/13	31/12/16	1
2	53800/13	13.108.733/0001-96	230.400,00	15.900,00	214.500,00	214.500,00	31/12/13	31/12/16	1
2	54244/13	13.103.684/0001-07	220.000,00	5.500,00	214.500,00	214.500,00	31/12/13	31/12/16	1
2	54642/13	13.100.482/0001-01	220.000,00	5.500,00	214.500,00	214.500,00	06/12/13	31/12/16	1
2	56367/13	13.104.427/0001-81	500.000,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/13	31/12/16	1
2	60797/13	13.100.680/0001-67	338.500,00	7.000,00	331.500,00	331.500,00	17/12/13	31/12/16	1
2	74100/13	13.112.222/0001-48	600.000,00	15.000,00	585.000,00	585.000,00	31/12/13	31/12/16	1
2	46658/13	13.099.395/0001-73	851.280,00	45.280,00	776.000,00	776.000,00	06/11/13	31/12/16	1
2	92654/13	13.111.224/0001-12	248.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	31/12/13	31/12/16	1
2	47453/13	13.124.052/0001-11	480.449,20	37.699,26	442.750,00	442.750,00	04/11/13	04/11/16	1
2	69356/13	13.128.863/0001-90	250.000,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	23/12/13	30/12/16	1
2	38018/13	13.118.435/0001-87	250.000,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	23/12/13	30/12/16	1
2	73568/13	13.118.435/0001-87	250.000,00	6.250,00	243.750,00	243.750,00	23/12/13	31/12/16	1
2	38577/13	13.098.181/0001-82	280.000,00	36.250,00	243.750,00	243.750,00	30/12/13	30/12/16	1
2	38177/13	13.107.180/0001-57	370.000,00	77.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/13	30/12/16	1
2	29239/13	13.110.564/0001-29	150.000,00	3.750,00	146.250,00	146.250,00	23/12/13	31/12/16	1
2	38105/13	13.119.300/0001-36	300.000,00	7.500,00	292.500,00	292.500,00	30/12/13	30/12/16	1
2	37958/13	13.111.224/0001-12	250.500,00	6.750,00	243.750,00	243.750,00	30/12/13	30/12/16	1
2	51581/13	13.113.063/0001-04	248.750,00	5.000,00	243.750,00	243.750,00	31/12/13	30/12/16	1
2	53761/13	13.099.395/0001-73	500.000,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/13	31/12/16	1
2	27081/13	13.120.613/0001-04	600.000,00	15.000,00	585.000,00	585.000,00	30/12/13	31/12/16	1
2	79311/13	13.101.308/0001-75	500.000,00	12.500,00	487.500,00	487.500,00	31/12/13	31/12/16	1

<b>LEGENDA</b>	
<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado
<b>Fonte:</b> Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)	

### 4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**QUADRO 33 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe					
<b>CNPJ:</b>	00.396.895/0023-30					
<b>UG/GESTÃO:</b>	130028/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	1	-	-	2.507.286,50
Contrato de Repasse	21	32	22	-	7.522.375,00	9.593.600,00
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>21</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>7.522.375,00</b>	<b>12.100.886,50</b>

Fonte: Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)

### 4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

**QUADRO 34 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.** Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe					
CNPJ: 00.396.895/0023-30		UG/GESTÃO: 130028/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	02		
		Montante Repassado	2.507.286,50		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)

### 4.3.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

**QUADRO 35 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.**

**Posição 31/12**  
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe					
CNPJ: 00.396.895/0023-30			UG/GESTÃO: 130028/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			02	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	02	-
			Quantidade Reprovada	2.507.286,50	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
2012	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado (R\$)	-	-	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte: Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)

#### Análise Crítica

A Superintendência durante o exercício celebrou apenas o convênio de Apoio à Reestruturação e Implementação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA). O valor do convenio é de R\$ 1.000.000,00, sendo R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) exclusivos para aplicação em investimento e R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais) para custeio.

Para o gerenciamento das transferências voluntárias, a superintendência designou dois fiscais federais. Um deles realiza o parecer de viabilidade técnica e o outro fica incumbido de fazer o acompanhamento em loco na execução das etapas e das metas. Para o fiscal realizar o acompanhamento, a superintendência ofereceu todas as condições para a realização da atribuição como: recursos financeiros, sistema informatizado e veículo.

No caso dos Contratos de Repasse, a Superintendência aprovou 22 (vinte e dois) projetos elaborados pelas prefeituras, com origem em emendas orçamentárias. Cerca de 60% são projetos de patrulha mecanizada e 40% investimentos em obras. Todos foram considerados aptos para a celebração de Contratos de Repasse entre a Caixa Econômica Federal e as Prefeituras.

No caso dos contratos de repasse, a responsabilidade da Superintendência é apenas acompanhar in loco a execução do objeto pactuado e a emitir o parecer técnico. As demais exigências previstas no instrumento legal, tais como análise geral da prestação de contas, repasse de recursos financeiro, são responsabilidade da Caixa Econômica Federal.

Nos três últimos exercícios a Superintendência repassou ou viabilizou para os convenientes recursos financeiros na ordem de R\$ 1.000.000,00, sendo que o repasse por inviabilidade de tempo hábil os recursos ficaram inscrito em resto a pagar, ou seja, a transferência de recursos financeiros só aconteceu realmente no exercício de 2014.

#### 4.4 Suprimento de Fundos

##### 4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

**QUADRO 36 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)** Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	20	5.875,60	5.875,60
2012	-	-	-	-	12	8.111,70	8.111,70
2011	-	-	01	105,34	09	8.692,40	8.797,74

##### 4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

**QUADRO 37 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR** Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130028	Limite de Utilização da UG	20.000,00		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Paulo Fernando de Oliveira	02321084553	500,00	0,00	363,68	363,68
José Diógenes Pinheiro Júnior	12120057320	500,00	0,00	1.478,22	1.478,22
Getúlio Soares de Lima	12729655549	500,00	0,00	395,01	395,01
Luiz Ferreira Aragão	19008368587	500,00	0,00	1.176,15	1.176,15
Ataíde Magalhães Setúbal Neto	19150580582	500,00	0,00	531,92	531,92
Edmilson de Almeida Vieira	22127925149	500,00	0,00	571,06	571,06
Ronaldo Nunes da Silva	31334431434	500,00	0,00	951,01	951,01
Henrique Luís de Campos Guimarães	52345998504	500,00	0,00	289,41	289,41
Cristina de Assis Patroclo	56239033715	500,00	0,00	119,14	119,14
<b>Total Utilizado pela UG</b>			<b>0,00</b>	<b>5.875,60</b>	<b>5.875,60</b>
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			<b>0,00</b>	<b>5.875,60</b>	<b>5.875,60</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)



## 4.4.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 38 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	21	5.875,60	31	8.111,70	28	8.797,74

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

### **Análise Crítica**

A concessão de suprimentos de fundo a servidor obedece ao Decreto nº 93.872/1986, à Portaria 95/2002 do Ministério da Fazenda e às disposições do manual do Siafi.

No ano de 2013 foram respeitados todos os prazos e exigências para utilização de suprimento de fundos. Os recursos concedidos foram utilizados basicamente para aquisição de combustível, insumo necessário para abastecer veículos em trânsito nas atividades de fiscalização agropecuária realizadas no interior do estado de Sergipe onde não há abrangência do contrato de fornecimento de combustível.

Como forma de assegurar a aplicação e cumprimento de prazos na utilização do CPGF a Seção de Execução Orçamentária e Financeira acompanha sistematicamente a Conta Contábil Suprimento de Fundo no Sistema Siafi. No período em análise verifica-se tendência decrescente da utilização do CPGF tanto no número de concessões quanto no valor utilizado.

**Parte 5 – Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados****5.1 Estrutura de pessoal da unidade****5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada****5.1.1.1 Lotação****QUADRO 39 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	Não há	<b>49</b>	<b>02</b>	<b>07</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	49	02	07
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	Não há	<b>49</b>	<b>02</b>	<b>07</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

**5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada****QUADRO 40 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>05</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	02
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	03
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>05</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

**QUADRO 41 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	06	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	06	06	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	06	06	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	11	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

**QUADRO 42 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>27</b>	<b>7</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	4	11	27	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>27</b>	<b>7</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

**5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade****QUADRO 43 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>27</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	3	27	17	0	0	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>27</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

**Fonte:** Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

## 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 44 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	2.624.627,84	0,00	1.218.288,51	179.805,41	180.689,97	75.932,43	23.549,94	0,00	70.565,11	<b>4.373.459,21</b>
	2012	2.267.368,43	0,00	2.255.294,52	412.354,39	154.574,39	66.837,00	2.486,98	0,00	6.819,58	<b>5.187.735,29</b>
	2011	2.685.859,64	0,00	2.703.289,06	573.908,94	186.859,58	55.537,00	55.537,00	0,00	15.179,03	<b>6.247.486,86</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	114.110,14	0,00	55.016,93	0,00	11.806,16	3.613,00	2.019,60	0,00	480,76	<b>187.046,59</b>
	2012	48.066,89	0,00	9.363,60	0,00	2.564,64	1.936,00	643,58	0,00	267,55	<b>62.842,26</b>
	2011	199.121,30	0,00	84.073,40	0,00	17.476,58	7.130,00	2.042,55	0,00	359,64	<b>310.203,47</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	1.177.839,32	113.338,74	112.325,59	100.016,59	27.161,00	22.780,46	0,00	0,00	14.443,11	<b>1.567.904,81</b>
	2012	581.940,78	96.922,78	560.883,46	143.734,17	20.248,00	18.770,50	485,05	0,00	1.182,50	<b>1.424.167,24</b>
	2011	522.470,17	111.193,34	496.205,29	119.556,50	18.134,00	7.759,84	1.697,66	0,00	1.172,59	<b>1.278.909,39</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	575.548,87	55.789,50	58.367,46	0,00	55.672,76	24.338,80	5.778,94	0,00	12.669,70	<b>788.166,03</b>
	2012	597.978,01	56.928,47	203.161,88	32.502,16	32.502,16	46.188,67	18.355,00	0,00	12.466,19	<b>971.205,35</b>
	2011	510.940,31	49.604,02	267.107,72	267.107,72	64.295,38	39.839,62	17.588,48	0,00	3.552,79	<b>955.397,61</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

#### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 45 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>78</b>	<b>7</b>
1.1 Voluntária	73	7
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	4	0
1.4 Outras	1	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>84</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	82	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>162</b>	<b>7</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

#### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 46 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>295</b>	<b>6</b>
1.1. Integral	192	3
1.2. Proporcional	117	3
<b>2. Em Atividade</b>	<b>86</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>395</b>	<b>6</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

### 5.1.5 Cadastramento no Sisac

#### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO 47 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	7	3	7	3
Concessão de pensão civil	8	5	8	6
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	1	0	1

## 5.1.5.2 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO 48 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	1	6	0	0
Concessão de pensão civil	6	1	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 5.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

QUADRO 49 - INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

Processo	Indicador	Meta	2012	2013
Concessão de Benefício	Índice de Aposentadoria incluída no SISAC	100	100	100
	Quantidade de Auxílio Funeral Concedido		9	9
	Quantidade de Auxílio Natalidade Concedido		0	1
	Índice de Servidores com Auxílio Alimentação		94	95
	Índice de Servidores com de Auxílio Transporte		31	33
	Índice de Servidores com Adicional de Insalubridade		40	6
	Índice de Servidores com Auxílio Pré Escolar		8	6
Licença Médica	Índice de Dias de Afastamento por Licença Médica	< 5	2	2
Capacitação	Índice de universalização das ações de treinamento	100	84	21
Pessoal	Índice de dias de afastamento por Licença Médica		1,83	2,21
	Índice de Servidores Totais Afastados por Licença Médica		3,55	3,7
	Índice de FFA's afastados		2,54	2,84
	Índice de Técnicos Agropecuários afastados		5,33	5,56
	Índice de Servidores Administrativos afastados		2,54	2,79
	Índice de atendimento às aposentadorias em 30 dias		100	100
	Produtividade na Concessão de Aposentadoria		1,5	3,5

Fonte: Indicadores de Desempenho (2013)



**5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários****5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada****QUADRO 50 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe													
UG/Gestão: 130028						CNPJ: 00.396.895/0023-30							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	011/2011	02.081.574/0001-67	01/09/11	01/09/14	0	0	5	5	0	0	P
2011	L	O	009/2011	02.945.243/0001-28	01/07/11	01/07/14	5	5	0	0	0	0	P

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Fonte:** Banco de dados do SAD

**5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão****QUADRO 51 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe													
UG/Gestão: 130028						CNPJ: 00.396.895/0023-30							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	02/2013	02.030.016/0001-72	01/02/13	01/02/14	0	0	6	6	0	0	P
2011	4	O	10/2011	02.030.016/0001-72	01/07/11	01/07/14	0	0	1	1	0	0	P

**LEGENDA**  
**Área:** 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 1. Segurança; 8. Manutenção de bens móveis; 2. Transportes; 9. Manutenção de bens imóveis; 3. Informática; 10. Brigadistas; 4. Copeiragem; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 5. Recepção; 12. Outras  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.  
**Fonte:** Banco de dados do SAD

**Análise Crítica dos itens 5.2.1 e 5.2.2**

Todos os contratos têm fiscais designados e durante o ano de 2013 as ocorrências que atingiam pagamento de verbas trabalhistas foram notificadas e a única empresa que descumpriu o contrato, devidamente multada, conforme clausula editalícia.

**5.2.3 Composição do Quadro de Estagiários****QUADRO 52 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>66.484,00</b>
1.1 Área Fim	1	3	3	3	
1.2 Área Meio	1	1	1	1	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>61.956,00</b>
2.1 Área Fim	1	2	2	1	
2.2 Área Meio	2	1	1	2	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>128.440,00</b>

**Fonte:** Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)

---

## Parte 6 – Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

---

### 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

---

Os veículos que servem a SFA/SE são adquiridos mediante a realização de pregão eletrônico e não há no planejamento de curto prazo, intenção de optar pela terceirização da frota ou serviço de transporte. A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a seguinte:

- **Instrução Normativa nº 1, de 21 de junho de 2007.**

Dispõe sobre aquisição, cessão, classificação e identificação de veículos.

- **Instrução Normativa nº 9, de 26 de agosto de 1994.**

Orientar os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG), quanto aos procedimentos a serem adotados para classificação, identificação, aquisição, cadastramento, utilização, reaproveitamento, transferência, cessão, alienação e definição do quantitativo de veículos automotores de transporte rodoviário.


- **Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.**

Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Os veículos são utilizados para conduzir os fiscais agropecuários e agentes de inspeção nas atividades de fiscalização da atividade agropecuária no estado de Sergipe. Dados de 31/12/2013 informam que na superintendência existem 20 veículos, sendo 16 distribuídos entre os serviços administrativos e as divisões de defesa agropecuária e de política agropecuária. Os quatro restantes continuam disponíveis para processo de doação e leilão.

Para a gestão de uso e controle dos dados da frota de veículos, a SFA/SE adota o Sistema de Controle de Veículos Automotivo (SCVA). A média anual de quilômetros rodados, a idade e os custos de manutenção da frota estão descritos no Relatório de Custo Operacional de Veículos, emitido via SCVA.

## 6.1.2 Relatório de Custo Operacional de Veículos (2013)


 Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca  
 SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores - Versão 4  
 NUCL TRANSPORTE-SE  
 Relatório de custo operacional

Usuário: VALMIR CARDOSO  
 Data: 19/03/2014  
 Hora: 16:13  
 Página 1 de 2

Parâmetros para Emissão:  
 Período: 01/01/2013 a 31/12/2013  
 Submarca: TCCDS  
 Orgão: SUPER FED AGRICULTURA EM SERGIPE  
 Grupo: TODOS  
 Placa do veículo: TODOS  
 Combustível do veículo: TODOS  
 Setor: TCCDS  
 Subgrupo: TODOS  
 UF: SE  
 Ano de fabricação: a  
 Marca: TODOS  
 Situação do veículo: TODOS  
 Ordenar por: Órgão / Setor

Órgão / Setor	Subgrupo	Marca / Submarca	Ano Fab.	Placa	Tipo de Combustível	KM Rodados	Litros de Comb.	Média Consumo (KM/L)	Valor Custo (R\$)			
									Combustível	Itens Consumo	Reparo / Manutenção	TOTAL
1	SFA/SE/GM/SIF/SV/SE	FIAT / SIENA FIRE FLEX	2008	IAF3828	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	3.975	406,588	9,77	1.160,25	166,05	1.019,56	2.365,89
2	SFA/SE/GM/SIF/SV/SE	RENAULT / LOGAN	2010	NVI7938	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	5.404	656,711	9,73	1.911,03	166,05	175,44	2.272,52
3	SFA/SE/GM/NT/R/SFA-SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6	2004	HZY5914	ALCOOL	0	0,000	0,00	0,00	105,25	0,00	105,25
4	SFA/SE/GM/RIF/SV/SE	RENAULT / LOGAN	2010	NVI7868	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	5.793	590,583	9,75	1.716,80	165,25	2.517,02	4.340,87
5	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2005	HZY7475	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	6.478	652,438	9,91	1.996,80	165,25	1.542,32	3.546,17
6	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	NISSAN / FRONTIER X TERRA	2005	HZZ2655	DIESEL	6.412	720,374	8,89	1.720,64	213,50	7.313,21	9.257,35
7	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	FIAT / PALIO	2007	IA01072	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	11.543	1027,323	11,21	2.994,56	266,65	797,53	4.056,97
8	SFA/SE/GM/DIF/R/SF	FORD / RANGER	2011	VQA7644	DIESEL	10.236	1321,802	7,76	3.166,77	310,38	421,79	3971,94
9	SFA/SE/GM/NT/R/SFA-SE	TOYOTA / HILUX	1995	HZL1549	DIESEL	0	0,000	0,00	0,00	110,38	594,81	705,19
10	SFA/SE/GM/SH/SA/SE	RENAULT / LOGAN	2009	HLT2702	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	13.434	1104,148	12,20	3.218,05	266,85	2.492,20	5977,10
11	SFA/SE/GM/SIF/SA/SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2005	HZY7425	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	7.580	770,864	9,81	2.249,06	166,05	208,33	2.641,44
12	SFA/SE/GM/NT/R/SFA-SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2004	HZY5834	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	0	0,000	0,00	0,00	105,25	0,00	105,25
13	SFA/SE/GM/SA/D/SFA-SE	RENAULT / LOGAN	2009	HLT2701	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	5.337	595,592	8,96	1.733,17	166,05	934,09	2.853,31
14	SFA/SE/GM/SA/D/SFA-SE	FORD / RANGER	2011	NQA8054	DIESEL	6.751	727,272	9,28	1.720,66	110,38	1.323,17	3.157,21
15	SFA/SE/GM/SIF/SV/SE	FIAT / PALIO	2007	IA01092	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	1.055	147,772	7,14	439,02	195,25	3.031,87	3.667,14
16	SFA/SE/GM/OP/DAG/SE	FORD / RANGER	2011	NQA7624	DIESEL	7.816	813,243	9,60	1.926,06	350,38	83,22	2.359,66
17	SFA/SE/GM/NT/R/SFA-SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2004	HZY5894	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	0	0,000	0,00	0,00	105,25	0,00	105,25
18	SFA/SE/GM/OP/DAG/SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.6 POWER	2004	HZY5564	ALC/GAS / ALC/COOL / GASOLINA	2.689	271,922	9,91	791,29	105,25	1.166,80	2.103,34
19	SFA/SE/GM/NT/R/SFA-SE	VOLKSWAGEN / GOL 1.0	2005	HZY7415	GASOLINA / ALC/GAS	0	0,000	0,00	0,00	105,25	0,00	105,25
20	SFA/SE/GM/NT/R/SFA-SE	NISSAN / FRONTIER X TERRA	2005	HZZ3435	DIESEL	4.084	543,547	7,50	1.255,12	110,38	2.420,70	3.826,20
TOTAL GFRAI						99.647	10350,178		27.933,89	3.435,30	25.988,05	57.327,28

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 53 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Sergipe	12	12
	Aracaju	1	1
	Campo do Brito	1	1
	Frei Paulo	1	1
	Indiaroba	1	1
	Itabaiana	1	1
	Itabaianinha	1	1
	Japoatã	2	2
	Nossa Senhora das Dores	2	2
	Riachão do Dantas	1	1
	Riachuelo	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SpuNet)

### 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO 54 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130028	3119.00002.500-7	5	5	54.230,53	24/08/00	384.784,90	0,00	0,00
	3145.00008.500-9	21	4	67.387,91	03/07/00	207.912,67	0,00	0,00
	3155.00004.500-4	11	4	541,89	22/08/00	55.808,89	0,00	0,00
	3157.00027.500-6	18	4	315.996,45	28/08/00	315.996,45	0,00	0,00
	3159.00006.500-8	18	4	713,50	03/07/00	713,50	0,00	0,00
	3167.00013.500-7	18	4	81.013,43	03/07/00	111.086,22	0,00	0,00
	3167.00014.500-2	18	4	1.705,02	03/07/00	9.660,52	0,00	0,00
	3191.00009.500-8	18	4	11.795,49	03/07/00	26.144,14	0,00	0,00
	3191.00010.500-3	18	4	75.357,54	22/08/00	178.309,19	0,00	0,00
	3215.00004.500-1	12	4	64.314,83	22/08/00	199.708,06	0,00	0,00
3217.00004.500-8	18	4	110.838,87	22/06/00	145.138,47	0,00	0,00	
Total							0,00	0,00

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SpuNet)

#### Análise Crítica:

A SFA/SE ainda aguarda definição da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) sobre os processos para reversão dos imóveis sob sua responsabilidade.

**6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ****QUADRO 55 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	3105.00124.500-0	3	238.918,69	06/08/2013	2.646.075,89	0,00	0,00
Vazios	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>						<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SpiuNet)

**Análise Crítica:**

O imóvel foi reavaliado em agosto de 2013 pelo engenheiro civil do ministério de modo que o novo valor fosse estabelecido de acordo com as métricas atuais.

**Parte 7 - Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental****7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis****QUADRO 56 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
					Papel A4 reciclado
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006 que institui a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da administração pública e sua destinação às associações e cooperativas de catadores, a SFA/SE assinou, em julho de 2007, Termo de Cooperação Técnica para destinação do material reciclável à Cooperativa doa Agentes Autônomos de Aracaju (CARE).

Para economia de água e energia foram adotadas torneiras com temporizador e salas maiores que permitem uso menor de aparelhos condicionadores de ar. O resultado das medidas pode ser visto nos dados do quadro 57.

**QUADRO 57 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão		Resultados			
Coleta Seletiva Solidária	2007		Em 2013, foram coletados 2.494 quilos de papel.			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	263	266	371	2.666,82	2.792,80	4.270,29
Água	1.111	1.507	3.421	27.321,57	34.875,95	73.309,72
Energia Elétrica	181.205	209.081	175.421	57.601,68	80.119,78	61.963,89
			<b>Total</b>	<b>87.590,07</b>	<b>117.788,53</b>	<b>139.543,90</b>

Fonte: Banco de dados do SAD

## Parte 8 – Conformidade e tratamento das disposições legais e normativas

### 8.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 8.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 58 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	6	6	6
	Entregaram a DBR	6	6	6
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Pesquisa (2013)

#### 8.1.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Seguindo as disposições da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, os servidores da SFA/SE foram orientados a autorizar o acesso por meio eletrônico dos dados da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física. Os servidores assinaram o documento, seguindo o modelo apresentado na portaria do MP/CGU. Devido ao número reduzido de servidores, o controle de entrega das declarações é feito de forma manual.

A Seção de Gestão de Pessoas não efetua quaisquer análises referentes às informações constantes nas declarações dos servidores da SFA/SE. As autorizações de acesso e as declarações de bens e rendas são compiladas de modo a formar um processo único que posteriormente é arquivado.

### 8.2 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO 59 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV  
DECLARAÇÃO

Eu, **Milton Correia dos Santos Filho**, CPF nº **898.732.977-15**, Técnico em **Contabilidade**, exercido na **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe (SFA/SE)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Aracaju, 14 de março de 2014.

**Milton Correia dos Santos Filho**

**898.732.977-15**

Técnico em Contabilidade/SFA-SE



## Parte 9 - Relacionamento com a sociedade

### 9.1 Canais de acesso do cidadão ao órgão

Tendo em vista o cumprimento do disposto no § 1º e § 2º do artigo 11, da Lei nº 12.527/2011 foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação para o ministério, através de formulário eletrônico. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail ou telefone.

- Requerimento nº 266546
- Requerimento nº 263506

A Ouvidoria recebe reclamações, denúncias, sugestões em relação aos serviços prestados pelo MAPA, na busca de soluções ou esclarecimentos para reivindicações ou dúvidas. Foram estas as demandas apresentadas à Ouvidoria:

- Demanda nº 60.738 de 01.04.2013 - Trata de suco de uva Carrefour, produzido pela empresa Suco Sumo Industrial Ltda, localizada em Boquim. O demandante informa que a empresa tem registro no Mapa e foi constatada pela análise em laboratório credenciado a presença de sorbitol muito acima do permitido. Constatou-se também fraude com mistura de suco de maçã, além de declarar no rótulo a adição de ácido cítrico e espessante goma shantana ao suco de uva, o que não é permitido.
- Demanda nº 61.990 de 06.08.2013 - Esta demanda enfoca denúncia com relação ao leite Betânia, em Nossa Senhora da Glória..
- Demanda nº 62.025 de 13.05.2013 – Trata-se de reclamação sobre suco de goiaba produzido por Suco tropical de Goiaba, localizada no município de Estância.
- Demanda nº 62.799 de 07.06.2013 – Denúncia contra suco da marca Serigi, fabricado por Fruteb.
- Demanda nº 64.849 de 20.08.2013 - Trata-se de fábrica de poupa de fruta sem autorização do Mapa, em Aracaju.
- Demanda nº 65.540 de 28.08.2013 - Trata sobre irregularidade em exames de brucelose e tuberculose realizados por servidor da Emdagro.
- Demanda nº 68.113 de 17.12.2013 - Denúncia de suco estragado de acerola fabricado por Granville Indústria de Sucos e Polpas no município de Lagarto.
- Demanda nº 68.642 de 17.12.2013 – Contra a empresa Betalac Indústria laticínios Ltda, em Nossa Senhora da Glória. Denúncia de leite estragado da marca Betânia.

## Parte 10 - Informações contábeis

### 10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Quanto a este item, a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais (CGLSG) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentou o Termo de Referência referente a manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado.

O principal motivo da contratação foi exatamente a implantação do módulo de depreciação/amortização. Com isso a setorial de contabilidade acompanhará a implantação no decorrer do exercício de 2013. Sendo assim esclarecemos que esclarecemos a UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 E NBCT 16.10

### 10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

#### 10.2.1 Declaração Plena

#### QUADRO 60 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDENCIA FED DE AGRIC PÉCUARIA E ABASTECIMENTO – SFA/SE		130028	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília	<b>Data</b>	31/12/2013
<b>Contador Responsável</b>	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	<b>CRC nº</b>	006624/T-8